

# O SUBDESENVOLVIMENTO COMO OBSTÁCULO À CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO (1950-1964)<sup>1</sup>

Wilson Vieira<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como Celso Furtado construiu a sua teoria do desenvolvimento econômico dentro da sua proposta de buscar a superação do subdesenvolvimento brasileiro, visto por ele como obstáculo à construção da nação. Para isso, contextualizo a reflexão de Furtado, produzida num período de afirmação do Terceiro Mundo através dos vários movimentos nacionalistas que buscavam não somente a independência, mas também a superação do subdesenvolvimento. E tal contexto gerou muitas reflexões sobre nação e desenvolvimento econômico, ponto que busco unir com as reflexões de Furtado, a fim de localizá-lo em tal debate. Por fim, analiso as obras de Furtado no período, dentro da sua construção do diagnóstico do subdesenvolvimento.

## INTRODUÇÃO

Antes de se trabalhar mais especificamente com a reflexão de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento, visto por ele como obstáculo à construção da nação, é necessário que se apresente uma breve biografia intelectual do autor que nos propomos a analisar.

Celso Furtado em *Aventuras de um Economista Brasileiro* (1997)<sup>3</sup> afirma que desde o ginásio estão presentes nele três influências intelectuais, a saber:

I) Positivista, onde, segundo Furtado (1997: 15), a razão tem primazia e todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como conhecimento científico e este está ligado ao progresso.

II) Marx, como subproduto do seu interesse pela história e que lhe permitiu ver a historicidade das formas sociais e com isso, a possibilidade de superá-las.

---

<sup>1</sup> Módulo V: História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia.

<sup>2</sup> Economista, mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da UNICAMP e doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. E-mail: [vieiraeco@uol.com.br](mailto:vieiraeco@uol.com.br)

<sup>3</sup> O referido ensaio foi publicado pela primeira vez em 1973. Utilizamos o texto que está inserido no segundo volume de *Celso Furtado: Obra Autobiográfica* (1997).

III) Sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual o referido teórico tomou contato através do livro *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre.

As influências intelectuais descritas acima posteriormente sem entrelaçaram e foram aprimoradas nos anos de formação em direito na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) onde, a partir do terceiro ano, amplia suas leituras no campo da sociologia alemã: Max Weber, Tönnies, Hans Freyer, Georg Simmel e Karl Mannheim (fundador da sociologia do conhecimento e que ampliou a influência direta de Marx sobre o teórico que ora analisamos)<sup>4</sup>.

Nesse mesmo período, Furtado toma contato com trabalhos de historiadores como Henri Pirenne (historiador da Idade Média europeia), Sombart, Sée (historiadores das origens do capitalismo) e Antônio Sérgio (historiador de Portugal), que mostraram a ele a importância dos estudos de economia para a compreensão da história.

Os primeiros estudos de economia do teórico que analisamos foram por conta própria (além dos dois cursos feitos na sua graduação) nos dois últimos anos de seu bacharelado em direito. Somente aos 26 anos, já cursando o doutorado e após ter tomado contato com a produção dos historiadores supracitados, é que ele começa a estudar economia de modo sistemático. Segundo Furtado (1997: 20):

*“(...) minha visão do mundo, no fundamental, estava definida. Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da História ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico. Por exemplo: a inflação nunca foi em meu espírito outra coisa que a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais; uma empresa nunca foi outra coisa que a materialização do desejo de poder de um ou vários agentes sociais, em uma de suas múltiplas formas etc”.*

---

<sup>4</sup> A partir das leituras de Karl Mannheim (principalmente de *O Homem e a Sociedade*) é que Furtado passa a ver o planejamento como técnica racional de grande importância, pois permitiria auxiliar o homem, de maneira racional, a atuar sobre a história (cf. FURTADO, 1997: 18).

Diferentemente da teoria da história, na qual Marx exerceu grande influência em Furtado, dentro da economia, sua influência não foi tão marcante, cabendo a Keynes papel preponderante nesse terreno. Segundo Furtado (1997: 20):

*“Minha leitura de O Capital ocorreu quando meus conhecimentos de economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macroeconomia (na versão keynesiana) já se havia imposto”.*

Contudo, tal leitura da obra de Marx trouxe ideias que foram incorporadas à sua reflexão sobre os processos econômicos, a saber (cf. FURTADO, 1997: 20):

- I) Importância decisiva do progresso tecnológico (ideia reforçada pela leitura posterior de Schumpeter).
- II) Os capitalistas tendem compulsivamente a acumular capital.

Após a defesa de sua tese de doutorado – *L'Économie Coloniale Brésilienne* – em 1948, Furtado retorna para o Brasil e assume posto na Fundação Getúlio Vargas. Em 1949, passa a trabalhar na recém-criada CEPAL até 1958. Depois, se dedica ao Nordeste brasileiro na SUDENE como planejador e executor de políticas de desenvolvimento na região nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

Com o golpe militar de 1964, volta-se para a carreira acadêmica, primeiramente nos EUA e posteriormente na França. A partir do fim da ditadura militar em 1985, participa do governo Sarney, inicialmente como embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia e depois como Ministro da Cultura. Após sair do governo, retoma o foco às atividades de reflexão sobre o Brasil e o mundo até a sua morte em 20 de novembro de 2004.

Durante toda a sua vida intelectual, a pesquisa de Furtado se desenvolveu em torno de três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o da especificidade do subdesenvolvimento e o da formação histórica do Brasil vista do ângulo econômico. Nas palavras de Furtado (1997: 21-22):

*“Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Byé na faculdade de direito da Universidade de Paris e defendida em 1948. Um ano depois*

*da tese, a qual se limitara a estudar a fase açucareira da economia colonial brasileira, publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século atual. Nesse ensaio estão os germes do que seria, dez anos depois, meu Formação Econômica do Brasil. O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar na especificidade do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil”.*

A partir do que foi exposto resumidamente acima, propomos, então, analisar a reflexão de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação dentro do período 1950-1964, no qual ele formula suas primeiras reflexões sobre o subdesenvolvimento dentro do seu objetivo de buscar a superação do atraso econômico e social em relação às economias desenvolvidas.

Tal corte temporal se justifica pelo fato de que é nesse período que ocorrem movimentos nacionalistas no Terceiro Mundo que almejavam não somente a independência (quando era o caso), mas também a superação do subdesenvolvimento. E é dentro desse quadro que ocorre um rico debate tanto fora quanto dentro do Brasil sobre a superação do subdesenvolvimento e sobre a construção da nação<sup>5</sup>, além de se constituir no período anterior ao golpe militar de 1964 quando, então, se inicia uma nova fase nas reflexões de Furtado.

Então, dentro do nosso objetivo, é que dividimos a análise que propomos fazer da maneira como segue abaixo.

Inicialmente, faremos uma exposição sucinta das reflexões produzidas no período sobre nação e desenvolvimento econômico.

A partir do mapeamento feito nesse item é que partimos para o item seguinte, que analisa a produção intelectual de Furtado no período e busca detectar pontos de

---

<sup>5</sup> Faremos essa análise dentro do terreno da sociologia do conhecimento, ou seja, entender o contexto em que determinada reflexão é produzida, tal como Mannheim afirma em *Ideologia e Utopia* (1972 - a primeira edição é de 1929).

contato com a reflexão produzida no período e pontos de originalidade na sua formulação teórica.

Por fim, faremos breves considerações finais como forma de balanço da reflexão.

Vale, porém, fazer aqui uma advertência. Tal como vimos na sua biografia intelectual, faremos aqui uma reflexão não só de caráter de história do pensamento econômico, mas também de pensamento social, uma vez que o referido teórico transitava entre as diversas ciências sociais, podendo ser classificado como um cientista social completo.

## **AS REFLEXÕES SOBRE NAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO**

Dentro do período que analisamos ocorre um movimento de afirmação nacionalista do Terceiro Mundo, manifestado nas lutas pela independência no mundo colonial e na busca da superação do subdesenvolvimento, ponto que é visto com ênfase na América Latina.

Hans Kohn, no seu livro *A Era do Nacionalismo* (1962) vê com reservas o nacionalismo, pois ele pode rejeitar os valores do liberalismo cosmopolita que acompanhou o surgimento da civilização ocidental moderna, mas também vê que foi através dele que houve a difusão da civilização ocidental, que provocou, por conseguinte, o fim da hegemonia e do imperialismo europeus. Nas palavras de Kohn (1962: 91):

*“O nacionalismo, até então limitado aos povos ocidentais, tornou-se rapidamente um fenômeno universal; a Era do Nacionalismo do século XIX na Europa passou quase imperceptivelmente a ser a Era de Pan-Nacionalismo global do século XX. O despertar dos povos não-ocidentais, consequência da influência ocidental, encontrou sua expressão numa emancipação do domínio ocidental. Foi a consequência inesperada, mas inevitável, do fato de estar a ideia de emancipação, de liberdade e igualdade humanas, profundamente arraigada à civilização moderna que se iniciou no Ocidente nos séculos XVII e XVIII, e que então começava a se difundir pelo globo”.*

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão nacional era percebida de maneiras diferentes: na Europa se refletia como **reconstrução** da nação e na periferia (América Latina em particular) se refletia como **construção** da nação através da superação do subdesenvolvimento.

E os Estados mais ambiciosos viam a industrialização sistemática (fosse com base no modelo soviético de planejamento centralizado, fosse pelo modelo de substituição de importações) como uma forma de sair do atraso agrário, do subdesenvolvimento. E qualquer dos dois modelos de industrialização dependia da ação e do controle do Estado<sup>6</sup>.

Então, dentro do quadro descrito é que se explica a profusão de reflexões sobre nação e desenvolvimento econômico no período, como expomos nos parágrafos que seguem.

Reinhard Bendix no seu livro *Construção Nacional e Cidadania*<sup>7</sup>, segue de perto a análise de Thomas Marshall feita em *Cidadania, Classe Social e Status*<sup>8</sup> no tocante à evolução da cidadania, mas faz um caminho original, a fim de articular narrativa histórica com raciocínio teórico. A principal preocupação de Bendix se encontra na busca do entendimento da modernização, que ele vê como uma expansão concomitante da autoridade pública e da cidadania que se originou na Europa Ocidental do século XVIII, caracterizada como um processo que contou com a democratização do exercício do poder, progresso da indústria, racionalização crescente que permitiu o progresso da ciência. O Estado nacional tornou-se uma forma “natural” de organização da comunidade política.

Porém, o referido teórico chama a atenção de que tal trajetória pode ser caracterizada como ideal-típica, pois apresenta uma infinidade de variações históricas, pois toda e qualquer experiência de modernização é singular e sempre trará combinações de tradição e modernidade (até mesmo na Europa Ocidental). E, a fim de corroborar tal afirmação, ele, numa crítica ao que ele chama de “primitivas e simples

---

<sup>6</sup> Segundo Hobsbawm (1995: 343): “Mesmo os menos ambiciosos, que não sonhavam com um futuro de grandes siderúrgicas tropicais movidas por imensas instalações hidrelétricas à sombra de represas titânicas, queriam eles próprios controlar e desenvolver seus recursos nacionais. (...) Em suma, mesmo os governos de Estados descolonizados ou dependentes que se sentiam muito satisfeitos em depender de capitalistas estrangeiros antigos ou novos (‘neocolonialismo’, na terminologia esquerdista contemporânea) o faziam dentro de uma economia controlada pelo Estado”.

<sup>7</sup> Utilizamos a edição brasileira de 1996. A primeira edição original em inglês foi em 1964 e a segunda edição nesse idioma (com acréscimo do capítulo 8) foi em 1977.

<sup>8</sup> A primeira edição em inglês foi em 1949. Utilizamos a edição brasileira de 1967.

teorias da evolução”, propõe substituí-las por estudos comparativos da modernização econômica e política, tomando como base a análise da experiência europeia ocidental para fazer análises comparativas sobre as precondições de modernização política e construção da nação. Nesse livro, as análises comparativas tomam os casos da Rússia, da Alemanha, do Japão e da Índia. E um capítulo é acrescentado em edições mais recentes com o objetivo de reavaliar os conceitos de tradição e modernidade, vistos por ele como co-partícipes nesse processo, pois não se excluem.

Tais críticas são dirigidas a teorias formuladas por W. W. Rostow no livro *Etapas do Desenvolvimento Capitalista* (1964), pois vê o desenvolvimento econômico que partiu da Europa como um percurso que pode ser facilmente seguido, bastando, para isso, a eliminação de entraves culturais arcaicos, ou seja, a tradição emperra a modernização e o crescimento econômico.

E dentro da mesma linha de argumentação de Rostow, Millikan e Blackmer no livro *Nações em Desenvolvimento* (1963), veem o subdesenvolvimento (segundo eles causado por tradições arraigadas) apenas como uma etapa anterior ao desenvolvimento e não (como a CEPAL e Furtado argumentam, como veremos mais à frente) como um processo duplo, ou seja, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são partes complementares e integrantes de um mesmo processo. Os autores propõem, então, o rompimento com a tradição e a busca do apoio dos EUA, como forma de atender aos seus interesses na Guerra Fria.

Myrdal, em *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (1960), numa posição diferente (e intermediária) dos teóricos analisados acima, vê a possibilidade de superação do subdesenvolvimento através de políticas de integração nacional, com a substituição de instituições políticas atrasadas pelo moderno Estado planejador e mobilizador, dentro de um regime político democrático (tal como nas democracias ocidentais) e com a presença de um nacionalismo orientado para a elevação dos níveis de vida da população, capaz de mobilizar as massas em torno de objetivos comuns (e não um nacionalismo xenófobo, que alimenta o ódio pelos países ricos). Ele exorta aos economistas dos países subdesenvolvidos a pensar alternativas criativas para o desenvolvimento, indo além de mera aplicação da ciência econômica convencional produzida nos países do centro.

Ragnar Nurkse em *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (1957), afirma (utilizando um enfoque schumpeteriano) que a escassez de capital nos países periféricos é o principal fator da falta de dinamismo

dessas economias. Além disso, a tendência à imitação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos seria fator de desperdício da poupança da periferia com o consumo de luxo. O autor, então, propõe a ação combinada de vários investimentos ao mesmo tempo, a fim de que cada empreendimento garanta o mercado de outro (cf. MANTEGA, 1984: 49-50).

Na América Latina, cabe destacar a importância da CEPAL para pensar o subdesenvolvimento e a sua superação. Tal instituição da ONU foi criada em 1947 e, a partir de 1948, sob o comando de Raúl Prebisch, produziu estudos como *O Desenvolvimento da América Latina e alguns de seus Principais Problemas* (1949) - conhecido como *Manifesto da CEPAL* - e *Estudo Econômico da América Latina* (1951), base da “Escola da CEPAL”, que procura explicar a relação centro-periferia na economia mundial e, com isto, o subdesenvolvimento. A abordagem, feita de maneira original, coloca que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são interligados e não estágios diferentes nos quais todos os países passam. O subdesenvolvimento tem causas históricas e uma delas se encontra no comércio internacional, dentro da deterioração dos termos de troca, ou seja, os países subdesenvolvidos (periféricos) perdem de maneira crescente no comércio internacional porque exportam produtos primários de valor adicionado inferior aos produtos industrializados (de maior valor adicionado) adquiridos dos países desenvolvidos (centrais). Para a superação de tal fato, a CEPAL defende a industrialização na periferia através do instrumento do planejamento estatal, juntamente com medidas de proteção seletiva de importações.

Em termos de reflexão sobre a temática nação-desenvolvimento econômico feita no Brasil dentro do período que analisamos, destacamos as reflexões do ISEB e dos intelectuais do PCB, como expomos resumidamente nos parágrafos que seguem.

Nas décadas de 1950 e 1960 observa-se no Brasil um pensamento econômico fortemente marcado pela intensa discussão política que acontecia no Brasil acerca dos rumos que a nação deveria tomar. Havia o confronto de dois campos antagônicos: o liberalismo econômico e o desenvolvimentismo. Tal contenda remonta a década de 1940, com destaque para Eugênio Gudín (que continuaria a participar do debate na década de 1950), defensor de políticas liberais para o Brasil e anti-industrialista ferrenho (a indústria era vista por ele como algo artificial para o país) e, para Roberto Simonsen (líder empresarial), desenvolvimentista defensor da industrialização.

Na década de 1950 esse confronto ganha força com a entrada em cena de vários intelectuais e instituições especializadas, com destaque para a CEPAL, que não somente



deu consistência a ideias desenvolvimentistas apenas esboçadas (como vimos acima), como também participou da polêmica brasileira, além de ter contribuído para a elaboração dos planos de governo que seriam implementados na segunda metade da década de 1950.

Houve, então, um grande impulso da ideologia desenvolvimentista, com adesão de boa parte da esquerda (inclusive do PCB), mas com a liderança de um grupo de intelectuais de centro-esquerda, denominado “Grupo de Itatiaia” e que se transformaria em 1955 no ISEB, onde se reuniram os principais pensadores progressistas que amadureceram o “nacional-desenvolvimentismo” (versão ligeiramente mais nacionalista do desenvolvimentismo pregado pela CEPAL).

Uma outra corrente de interpretação, gestada pelos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), elaborou um modelo inspirado nas teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados. Em tal modelo, a agricultura brasileira possui características semi-feudais e é voltada para a exportação de produtos primários coloniais, entrave à expansão das forças produtivas industriais. E tal situação se conserva devido ao imperialismo, principal inimigo do desenvolvimento da nação e aliado das forças retrógradas ligadas aos interesses agrários. E para romper tal situação se faz necessária uma revolução democrático-burguesa. Tal modelo foi consolidado no final dos anos 1950 nas reflexões de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, e possuía vários pontos em comum com o modelo de análise da CEPAL e de Celso Furtado, principalmente no que diz respeito à estratégia para a industrialização do país, mas que se diferenciava na ênfase dada às questões políticas.

Então, a partir do que foi exposto e discutido neste item, é que passamos à análise das reflexões produzidas por Celso Furtado no próximo item.

### **REFLEXÕES DE FURTADO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO: OBSTÁCULO À CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO**

A partir do que expomos na Introdução do presente trabalho, analisamos primeiramente as obras produzidas no período em que Furtado participou da primeira equipe da CEPAL, de onde foram elaborados projetos que visavam à superação do subdesenvolvimento latino-americano, com destaque para o Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953), que diagnosticou a economia brasileira para o governo Vargas e propôs alternativas, segundo Furtado (1985), somente possíveis sob o comando do Estado.

Nesse período ele lança as obras *A Economia Brasileira* (1954), *Uma Economia Dependente* (1956) e *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958), que analisamos sucintamente nos parágrafos que seguem.

Em *A Economia Brasileira* (1954), é patente a preocupação em entender a economia brasileira no período em que é escrito o livro através do uso instrumental da história para entender as características peculiares de uma economia subdesenvolvida como a brasileira. Tal fundamentação histórica corrobora a sua crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico produzidas nos países centrais (que ele aprofunda em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, como veremos um pouco mais à frente). O livro é dividido em três partes. A primeira, que abarca somente o primeiro capítulo, analisa as categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico, comparando as economias comerciais com as economias industriais, onde o mercado interno atua como fator dinâmico e o progresso técnico é articulado com a formação de capital. A segunda parte, que abarca os capítulos 2, 3, 4 e 5, é um texto de história econômica do Brasil, que trata desde a unidade colonial exportadora escravocrata, passando pela economia colonial cafeeira com mão-de-obra assalariada e pela crise dessa economia com o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno e para a indústria até os efeitos da política cambial nascente sobre essa atividade. A terceira parte se constitui numa formulação teórica do crescimento econômico, na qual ele mostra como se dá o processo de desenvolvimento nos países centrais e o processo de subdesenvolvimento nos países periféricos e como se constituem, na verdade, em um só processo, além de mostrar como a teoria econômica aborda tal problema.

Esse livro se constitui na reunião das reflexões de Furtado em três frentes que ele trabalhava no período (como ele afirma em *A Fantasia Organizada* – 1985): i) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; ii) perspectiva histórica e problemas atuais da economia brasileira; iii) crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico. Cabe destacar nesse livro a sua preocupação em mostrar que o sucesso da colonização no Brasil e o fracasso nos EUA se constituíram em raízes da situação de subdesenvolvimento que obstaculiza a construção e a afirmação da nação brasileira em suas potencialidades (como vimos na Introdução), dadas as semelhanças de recursos naturais e de tamanho de território entre esses dois países.

O livro *Uma Economia Dependente* (1956) na verdade se constitui em partes dos capítulos 2, 3, 4 e 5 do livro de 1954, conforme vimos acima.

O livro *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958) se constitui em transcrição de conferências proferidas no ISEB em 1957, que giraram em torno de três temáticas:

I) Equacionamento do problema do desenvolvimento da economia brasileira na etapa vivida na década de 1950 (industrialização planejada a partir de 1956).

II) Análise de suas tendências fundamentais.

III) Tentativa de determinar os principais fatores que poderiam reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos anos que se seguiriam.

Dentro dessas conferências, no desenvolvimento dessas temáticas, Furtado caracteriza o Brasil como um imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Tirando aproximadamente dois terços do território nacional (que na época se constituíam em imenso vazio demográfico e econômico), o restante se dividia em dois sistemas econômicos autônomos: o sistema nordestino, que rigorosamente não podia ser considerado como tal devido à ausência do grau de integração necessário e com muitas atividades de subsistência, e, o sistema da região sul, relativamente integrado (havia importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado e penetração desigual da economia monetária em seu território. Neste sistema, seu dinamismo estava ligado ao setor do comércio internacional e ao setor industrial. E a articulação destes setores é que explica a aceleração do ritmo de crescimento da economia dessa região após 1948.

Na análise que Furtado empreende, podemos observar que há um diagnóstico do subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, mesmo numa situação de industrialização crescente porque a própria existência de dois sistemas econômicos mostra uma situação de disparidades regionais que precisavam ser sanadas através do planejamento. Segundo FURTADO (1958: 13):

*“A produtividade média e as dimensões absolutas do mercado do sistema econômico do sul do Brasil já alcançaram nível suficientemente elevado para que esse sistema esteja em condições de gerar seu próprio impulso de crescimento. Não significa isso que tal economia possa prescindir dos meios externos de pagamento para crescer. A estrutura de seu sistema produtivo ainda é bastante rudimentar para que grande parte dos investimentos requeiram uma contrapartida de cambiais. Mas o fato de que a*

*procura externa deixe de crescer já não significa que essa economia deva entrar numa etapa de estagnação”.*

O sistema econômico passa a crescer por conta própria porque as atividades industriais passam a ocupar posição significativa e a produção de bens de capital alcança importância relativa dentro das atividades industriais. Mas esse processo, salutar por um lado, tende, por outro lado, a agravar as tendências aos desequilíbrios internos e externos, pois a falta de experiência, de capacidade técnica e financeira, ou o temor de concorrer com poderosas organizações, leva à situação de capacidade ociosa em alguns setores e o excesso de procura de bens importados em outros.

Após sua saída da CEPAL em 1958, Furtado passa um período na Universidade de Cambridge, local em que pesquisa e escreve o livro *Formação Econômica do Brasil – FEB* (cuja primeira edição foi publicada em 1959), considerada pela maioria dos cientistas sociais e pelos estudiosos de seu pensamento como sua principal obra devido ao fato dela estar centrada na análise da evolução econômica do Brasil com a utilização do modelo keynesiano. Tal livro também se constitui numa ampliação da sua tese de doutorado de 1948 e do seu livro de 1954. Um outro ponto importante no livro se encontra no fato de que a preocupação com as disparidades regionais se torna cada vez mais realçada nas reflexões de Furtado, apesar dos avanços na industrialização. Ele defende a necessidade de políticas de desenvolvimento que almejassem o fim de tal situação, a fim de que a nação continuasse seu processo de formação e construção.

Tais reflexões inspiram Furtado no seu retorno ao Brasil, pois ele toma para si o equacionamento do problema das disparidades regionais, em especial do atraso do Nordeste em relação ao Centro-Sul mais desenvolvido. Ele atua no BNDE na área do Nordeste, intervém no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e reivindica de Juscelino Kubitschek uma atenção especial ao Nordeste, que a acolhe e convoca o referido economista a lançar uma nova política denominada *Operação Nordeste* (que é explicada no ISEB em 1959 e transformada em livro publicado pelo referido instituto) e institui o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). O autor lança o documento *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* (1959), escrito por ele e com autoria atribuída ao GTDN que

*“(...) revestiu-se de considerável importância, pois circunscreveu a área dos debates da problemática nordestina, até então sem limites definidos. Ficava para trás a*

*época da improvisação e do amadorismo. As proposições teriam de basear-se em dados, se possível quantitativos, e em análises consistentes. A nova equipe que se iria constituir penetraria no estudo da região com uma visão sistêmica que evitava a dispersão e a tendência ao isolamento dos especialistas. A unidade de propósito era mais facilmente assegurada”* (FURTADO, 1989: 56).

A SUDENE é instituída em 1960 e Furtado assume sua liderança. Por alguns meses no mandato de João Goulart, ele assume o Ministério do Planejamento, mas retorna ao órgão até o golpe de 1964. Durante esse período são lançados os seguintes livros: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964), que analisamos sucintamente nas linhas abaixo.

*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) se constitui em uma compilação de estudos sobre a contraposição desenvolvimento-subdesenvolvimento. Na primeira parte do livro, denominada *Desenvolvimento*, o autor mostra onde se encontra a teoria do desenvolvimento na teoria econômica (através da análise da economia política clássica, da economia neoclássica, de Marx, de Schumpeter e de Hansen – inspirado em Keynes) e ressalta a importância dos processos históricos na constituição do desenvolvimento econômico. Essa parte do livro se constitui num aprofundamento do último capítulo do livro de 1954.

Na segunda parte, denominada *Subdesenvolvimento*, ele tece críticas à concepção da teoria do desenvolvimento nos grandes centros universitários do mundo ocidental. Para ele, há um propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não-econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento de produção de uma economia. Ocorre, segundo ele, a ignorância do fato de que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica, tal como se pode observar a partir da Revolução Industrial. Por isso que, para se entender o subdesenvolvimento, exige-se um esforço de teorização autônomo e com forte dimensão histórica (a fim de se pensar a construção da nação e a superação do seu obstáculo principal, o subdesenvolvimento).

*A Pré-Revolução Brasileira* (1962) se constitui numa compilação de estudos, cuja preocupação é, segundo Furtado, esclarecer à juventude universitária brasileira sobre as grandes transformações pelas quais o Brasil passava naquele momento. Destaco do livro os seguintes pontos:

I) Uma primeira crítica ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país e que ele defendia: não houve modificação nas condições de vida de 75% da população brasileira, muito pelo contrário: houve uma crescente concentração social e geográfica de renda, além de ter levado a um aumento relativo da renda da terra. No plano político-administrativo, a ampliação e a diversificação das funções do Estado não foi acompanhada das necessárias reformas de base do próprio Estado, o que colaborou para o aumento enorme do coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Podemos observar que o diagnóstico do subdesenvolvimento é dinâmico, não significando para Furtado que a partir da ação para superá-lo não se possa reavaliá-lo.

II) O marxismo faz sucesso entre a juventude por se constituir em uma filosofia da ação transformadora da realidade. Porém, segundo o autor, onde ele foi aplicado trouxe autoritarismo, coletivização compulsiva e repressão violenta a toda resistência. Como alternativa ele propõe a promoção do desenvolvimento econômico via planejamento estatal com democracia (reafirmando a adesão às ideias da CEPAL e às ideias de Mannheim), adaptando à realidade brasileira o modelo dos países ocidentais desenvolvidos<sup>9</sup>

III) Crítica ao modelo mecanicista da economia clássica (tal como ele faz na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*): não se aplica a uma realidade de país subdesenvolvido como o Brasil.

IV) Relato do problema do Nordeste (como já foi observado acima em outras obras) e exposição da solução: seria a mesma colocada aos países subdesenvolvidos, isto é, promoção da industrialização via planejamento estatal. No caso do Nordeste, haveria uma política de incentivos para contrabalançar a atração exercida pelo Centro-Sul sobre os novos capitais, além da modernização da agricultura, com tecnificação da cultura da cana a fim de elevar substancialmente seus rendimentos, juntamente com uma agricultura moderna produtora de alimentos em grande parte das terras de região úmida (na época subutilizadas). Quanto aos custos, felizmente haveria uma ajuda do Centro-Sul e o esforço não seria de grande magnitude, bastando transferir 1% de seu produto líquido.

---

<sup>9</sup> Podemos observar que Bendix trabalha a questão da construção nacional dessa maneira, tal como vimos no item anterior, ou seja, o modelo da Europa ocidental é referência, mas não é uma camisa-de-força, tal como Rostow, Millikan e Blackmer viam.

No livro *Dialética do Desenvolvimento* (1964) destaco o fato de que o autor observa os fatores dinâmicos da economia brasileira se debilitarem devido à conformação das forças políticas no período (e que apoiaram o golpe de 1964), que impedem a superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento. A sua análise se torna mais interdisciplinar, indo além de uma crítica dentro do campo da economia somente, tal como se via fortemente nas obras anteriores. Segundo Mallorquín (2005: 205), tal livro se constituiu em

*“(...) um último chamado às forças ‘progressistas’ a cerrar fileiras. Aí eram explicadas as condições dos ‘obstáculos estruturais’ e políticos da industrialização brasileira e propunha-se um reagrupamento das forças políticas para tentar mudar o rumo político e social do país”.*

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise feita do pensamento de Celso Furtado sobre a temática do subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, podemos tecer as seguintes considerações:

I) A busca de diagnosticar o subdesenvolvimento (visto por ele como obstáculo à construção da nação) passa pelo próprio repensar a teoria econômica convencional e criar alternativas dentro dessa ciência para teorizar adequadamente essa realidade, pois o instrumental analítico convencional não dava conta de entender essa realidade dos países da periferia.

II) Ao ver o subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, Furtado trabalha na mesma linha dos teóricos que questionam aqueles que veem o subdesenvolvimento apenas como um estágio anterior ao desenvolvimento e não como um processo que interliga essas duas realidades.

III) O contexto de afirmação das nações periféricas no ambiente após a Segunda Guerra Mundial foi um fator importante para a constituição do debate sobre a superação do subdesenvolvimento que ocorre nesse período.

IV) A fim de dar conta da realidade dinâmica vivida no Brasil e no mundo, Furtado revisa permanentemente seu diagnóstico a fim de avaliar se seu instrumental analítico e se as propostas de ação continuam sendo eficientes para a superação do

subdesenvolvimento (como podemos observar na sua análise das disparidades regionais brasileiras e no resultado das políticas de industrialização da década de 1950).

## BIBLIOGRAFIA

BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

\_\_\_\_\_. *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

\_\_\_\_\_. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Celso Furtado: Obra Autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOHN, Hans. *A Era do Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: Um Retrato Intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

\_\_\_\_\_. *O Homem e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Polis, 1984.



MILLIKAN, Max F. e BLACKMER, Donald L. M. (orgs.). *Nações em Desenvolvimento: A Sua Evolução e a Política Americana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Capitalista: Um Manifesto Não Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.